Art. 2º Os efeitos desta Portaria começar a vigor a partir do dia 26 de maio de 2025.

Publique-se.

Desembargador **Laudivon Nogueira**
Presidente

Documento assinado eletronicamente por Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal, em 23/05/2025, às 19:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0005334-40.2025.8.01.0000

PORTARIA CONJUNTA Nº 205/ 2025

" Dispõe sobre a instituição do Projeto de Apoio Voluntário entre Magistrados para Redução de Acervo Processual e Aprimoramento da Produtividade, e estabelece condições excepcionais para pagamento da verba de acumulação de jurisdição".

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, Desembargador **LAUDIVON NOGUEIRA** e o CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA, Desembargador **NONATO MAIA**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 221/2010, c/c art. 361, inciso I, do Regimento Interno do TJAC,

CONSIDERANDO o compromisso institucional com a elevação da eficiência e efetividade da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO a proposta apresentada pela Associação dos Magistrados do Estado do Acre - ASMAC, com a colaboração técnica do Núcleo de Gestão da Qualidade - NUGEQ, que visa fomentar o apoio voluntário entre magistrados para redução de acervos processuais em unidades com maior congestionamento;

CONSIDERANDO que a participação de magistrados em mutirões e projetos institucionais é reconhecida como prestação em favor da atividade jurisdicional, inclusive considerada para efeito de pontuação em procedimentos de promoção, remoção e acesso ao Tribunal de Justiça pelo critério do merecimento, nos termos do art. 7º, inciso I, alínea "e", da Resolução CNJ nº 106/2010 e do art. 13, inciso III, da Resolução TPADM nº 193/2015;

CONSIDERANDO a necessidade de reconhecer e incentivar o engajamento extraordinário dos magistrados que, além de suas atribuições regulares, se disponibilham voluntariamente a atuar em processos acumulados em outras unidades,

RESOLVEM:

Art. 1º Instituir o Projeto de Apoio a Jurisdição e Colaboração entre Magistrados para Redução de Acervo Processual.

Art. 2º Poderão participar, como magistrados voluntários, os juízes e juízas que:

- I – estejam em exercício em unidade com Índice de Atendimento à Demanda (IAD) igual ou superior a 100%;
- II – não possuam, em sua unidade, processos paralisados em conclusão há mais de 60 (sessenta) dias;
- III – manifestem interesse formalmente junto ao Núcleo de Gestão da Qualidade, no processo SEI: 0005325-78.2025.8.01.0000, indicando a área de atuação predominante; e
- IV – aceitem os termos do projeto, inclusive a inexistência de força de trabalho auxiliar adicional e a exigência de produtividade mínima mensal.

Art. 3º A atuação voluntária destinar-se-à prioritariamente ao julgamento de processos antigos e represados da unidade apoiada, visando à redução do tempo médio de tramitação dos casos pendentes líquidos e outras atuações que forem apontadas como estratégicas pelo NUGEQ e Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 4º Os magistrados voluntários farão jus ao pagamento da verba de cumulação de juízo, observados os critérios estabelecidos nesta Portaria.

§1º A certificação da produtividade mensal será realizada pela Corregedoria-Geral da Justiça, com base na movimentação processual efetiva (número de minutas elaboradas).

§2º O pagamento será efetuado no mês subsequente à prestação do apoio.

§3º Excepcionalmente, os magistrados participantes deste projeto farão jus ao pagamento da cumulação também pelas atividades desempenhadas aos sábados, domingos e feriados, desde que comprovadamente destinadas ao exercício da jurisdição voluntária, mediante relatório circunstanciado apresentado pela Corregedoria-Geral da Justiça.

Art. 5º A permanência no projeto está condicionada à produção mínima de

80 (oitenta) minutas mensais, entre sentenças, audiências, decisões e despachos.

Parágrafo Primeiro - O número de despachos para fins de remuneração estará limitado a 20% do total da produção estabelecida no caput.

Parágrafo Segundo - O descumprimento injustificado ou reiterado dos parâmetros mínimos poderão ensejar a suspensão imediata da participação do magistrado no projeto, a critério da Administração Superior.

Art. 6º Ficará sob a responsabilidade da Corregedoria-Geral da Justiça, a coordenação do projeto, o monitoramento dos resultados e o encaminhamento de relatórios mensais à presidência, para fins de pagamento e avaliação da produtividade do magistrado voluntário, para continuidade no referido projeto.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco – AC, 23 de maio de 2025.

Desembargador **LAUDIVON NOGUEIRA**
Presidente

Desembargador **NONATO MAIA**
Corregedor-Geral da Justiça

Documento assinado eletronicamente por Raimundo Nonato da Costa Maia, Corregedor(a) Geral da Justiça, em 23/05/2025, às 11:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, Presidente do Tribunal, em 23/05/2025, às 15:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0005325-78.2025.8.01.0000

EDITAL Nº 29/2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Desembargador **LAUDIVON NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, destacando-se, neste particular, o regramento contido no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.º 221/2010 c/c o art. 361, inciso VI, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça acerca da dotação de pessoal, do que conseqüentemente se vislumbra uma distribuição da força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de dotação de estagiários para auxiliar nos serviços essenciais, garantir o funcionamento e o perfeito andamento das demandas nas unidades judiciárias e administrativas, dentre outros,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA a vigésima sexta convocação dos acadêmicos aprovados no Processo Seletivo para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva de estágio de estudantes de graduação para Rio Branco para entrega de documentos, observando o preenchimento de vagas que surgirem no decorrer da validade desta seleção, a ordem classificatória dos aprovados e a formação de cadastro de reservas, constante no EDITAL Nº 01/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico n.º 7.635, de 04 de outubro de 2024 e EDITAL Nº 03/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico n.º 7.652, de 30 de outubro de 2024.

Vale destacar que a entrega de documentos para realização de cadastro no Tribunal é de grande importância para garantir a comunicação assertiva e agilizar o contato com os candidatos à medida que surgirem vagas para lotação dos estagiários nas unidades.

Sendo assim, os candidatos abaixo relacionados deverão enviar para o e-mail gdep@tjac.jus.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a documentação constante do anexo único deste Edital, sob pena de perda da vaga da função a ser exercida no processo seletivo.

DIREITO

AMPLA CONCORRÊNCIA / COTA RACIAL (NEGROS E PARDOS)

ORDEM	CANDIDATOS	CLASSIFICAÇÃO
1	DANIELLY AVELINO DA ROCHA	81ª - AMPLA CONCORRÊNCIA
2	MARIA BEATRIZ DE SOUZA DANTAS	82ª - AMPLA CONCORRÊNCIA
3	ERICK GUSTAVO SANTOS DO CARMO	53ª - COTA RACIAL
4	DAVI SERRA MACIEL	84ª - AMPLA CONCORRÊNCIA
5	JANEISSON DA SILVA LIMA	85ª - AMPLA CONCORRÊNCIA
6	MARIAH CLARA DA SILVA DE ANDRADE	86ª - AMPLA CONCORRÊNCIA
8	BEATRIZ CLOTILDES SOARES DE ANDRADE	88ª - AMPLA CONCORRÊNCIA
7	ANDRÉ HILQUIAS DOS SANTOS OLIVEIRA	56ª - COTA RACIAL

ANEXO ÚNICO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- a) Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- b) Registro Geral (RG);
- c) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital;
- d) Carteira Nacional de Habilitação (CNH), se tiver;
- e) Título Eleitoral;
- f) Certificado de Reservista (homem);
- g) Comprovante de Inscrição PIS/PASEP/NIT;
- h) 01 (uma) foto 3x4 recente;
- i) Comprovante de residência que contenha o CEP da rua;
- j) Declaração de matrícula e frequência recente da Instituição de Ensino;
- k) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, disponibilizada no site (www.tjac.jus.br);
- l) Pessoas com deficiências deverão apresentar atestado médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID (Classificação Internacional de Doenças);
- m) O candidato deverá apresentar declaração pessoal de que NÃO POSSUI OUTRO VÍNCULO DE ESTÁGIO e que DISPÕE DE HORÁRIO COMPATÍVEL COM O EXPEDIENTE FORENSE, possibilitando assim o exercício da função;
- n) Certidão de Quitação Eleitoral e de Certidão de Antecedentes Criminal Federal;
- o) Comprovante de Conta Bancária (Conta Salário- Banco do Brasil), contendo o número da conta, agência e banco para depósito da remuneração; caso não possua, informar à Gerência de Desenvolvimento de Pessoas – GEDEP.
- p) Documentos comprobatórios da seleção IRA, CERTIFICADOS, CERTIDÃO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO/PROJETO MARIRI
- q) Ficha Cadastral preenchida pelo candidato, enviada pela GEDEP.

A inobservância dos requisitos e vedações previstos neste Edital, ou a comprovação, a qualquer tempo, de que não são verdadeiras as declarações, acarretará o desligamento, de ofício, do estagiário.

* A documentação solicitada deverá ser digitalizada e enviada em documento único (pdf) ao e-mail gedep@tjac.jus.br acima citado, e/ou para maiores informações pelo contato (68) 3212-8264.

Desembargador **Laudivon Nogueira**
Presidente

Rio Branco - AC, 26 de maio de 2025.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal, em 26/05/2025, às 09:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0009089-09.2024.8.01.0000

Processo Administrativo nº:0004364-40.2025.8.01.0000

Local:Rio Branco

Unidade:ASJUR

:

Requerente:Antônia Rosângela Serra

Requerido:Tribunal de Justiça do Estado do Acre

Assunto:Teletrabalho

DECISÃO

EMENTA: CONCESSÃO DE TELETRABALHO. ATENDIMENTO AOS REQUISITOS LEGAIS. DEFERIMENTO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de requerimento apresentado pela servidora Antônia Rosângela Serra, ocupante do cargo de Técnica Judiciária, matrícula n.º 7001531, vinculada à Gerência de Execução Orçamentária - DIFIC, solicitando autorização para o desempenho de suas atividades funcionais na modalidade de teletrabalho, conforme fundamentado na Resolução n.º 32/2017 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e na Resolução n.º 227, de 15 de junho de 2016, do Poder Judiciário do Estado do Acre.

A requerente justifica seu pedido pelo fato de seu cônjuge residir em outro estado, o que impacta em sua qualidade de vida e bem-estar emocional, além de comprometer-se a garantir a conformidade com a infraestrutura e os requisitos de confidencialidade necessários para a realização de suas atividades. A gerente da unidade, Samya Ester da Silveira Gouveia Assis, manifestou-se favoravelmente ao pedido, destacando que não há servidores em regime de teletrabalho em sua unidade.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 – Análise do Requerimento

O pedido de teletrabalho atende aos requisitos estabelecidos na Resolução n.º 32/2017 do COJUS:

a) Apresentação de plano de trabalho (art. 9º, §3º) – O Plano de Trabalho foi apresentado (evento 2085940), demonstrando as atividades a serem desempenhadas pela servidora durante o teletrabalho.

b) Aprovação da autoridade gestora (art. 5º) – A gestora manifestou-se favoravelmente ao pedido (evento 2090001).

II.2 – Verificação de Impedimentos

De acordo com a análise da Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, a servidora não apresenta impedimentos em seu assento funcional, conforme descrito no evento 2099258, tendo em vista que não houve penalidades disciplinares e não há contraindicações de saúde. Além disso, a unidade em que está lotada não excede o limite de 30% de servidores em teletrabalho.

II.3 – Fundamentação Legal

A decisão encontra respaldo nos seguintes dispositivos legais:

- Resolução COJUS n.º 32/2017, arts. 5º, 6º, 9º, § 3º;
- Resolução CNJ n.º 227/2016, art. 5º, inciso III (com redação dada pela Resolução CNJ n.º 481/2022).

III – DISPOSITIVO

Diante do exposto, DEFIRO o pedido de concessão de teletrabalho à servidora Antônia Rosângela Serra, pelo período de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta decisão, respeitando as diretrizes estabelecidas nas Resoluções COJUS n.º 32/2017 e CNJ n.º 227/2016.

IV – DETERMINAÇÕES

Determino a remessa dos autos:

À DIPES:

- a) Registrar a concessão do regime de teletrabalho nos assentamentos funcionais da servidora;
- b) Cumprir as deliberações constantes do art. 8º, II e IV, c/c os arts. 18, 19, 21, 22, 23, 24 e 25 da Resolução COJUS n.º 32/2017;
- c) Publicar no Portal da Transparência os nomes dos servidores em regime de teletrabalho, conforme art. 33 da Resolução COJUS n.º 32/2017.

À DITEC: Prestar o apoio técnico necessário à servidora, conforme os arts. 16 e 30 da Resolução COJUS n.º 32/2017.

Ao Gestor da Unidade Jurisdicional: a) Implementar as medidas previstas nos arts. 9º, 10, 12, 15 e 17 da Resolução COJUS n.º 32/2017, especialmente a aferição e monitoramento mensal da produtividade e do cumprimento das metas;

b) Cumprir as deliberações do art. 8º, II e IV, da Resolução COJUS n.º 32/2017. À Servidora: Cumprir os deveres elencados nos arts. 14, 16 e 29 da Resolução COJUS n.º 32/2017.

À SEAPO: Notificar a servidora sobre o teor desta decisão e comunicar à chefia imediata.

Publique-se.

Após, não havendo mais providências, archive-se com a devida baixa eletrônica.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador **LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA**, Presidente do Tribunal, em 23/05/2025, às 19:39, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0004364-40.2025.8.01.0000

EDITAL Nº 28/2025

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, Desembargador **LAUDIVON NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições legais, destacando-se, neste particular, o regramento contido no art. 16, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.º 221/2010 c/c o art. 361, inciso VI, do Regimento Interno,

CONSIDERANDO a nova orientação do Conselho Nacional de Justiça acerca da dotação de pessoal, do que conseqüentemente se vislumbra uma distribuição da força de trabalho e de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus;

CONSIDERANDO ainda a necessidade de dotação de estagiários para auxiliar nos serviços essenciais, garantir o funcionamento e o perfeito andamento das demandas nas unidades judiciárias e administrativas, dentre outros,

RESOLVE:

TORNAR PÚBLICA a vigésima quinta convocação dos acadêmicos aprovados no Processo Seletivo para preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva de estágio de estudantes de graduação para Rio Branco para entrega de documentos, observando o preenchimento de vagas que surgirem no decorrer da validade desta seleção, a ordem classificatória dos aprovados e a formação de cadastro de reservas, constante no EDITAL Nº 01/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico n.º 7.635, de 04 de outubro

de 2024 e EDITAL Nº 03/2024, publicado no Diário da Justiça Eletrônico n.º 7.652, de 30 de outubro de 2024.

Vale destacar que a entrega de documentos para realização de cadastro no Tribunal é de grande importância para garantir a comunicação assertiva e agilizar o contato com os candidatos à medida que surgirem vagas para lotação dos estagiários nas unidades.

Sendo assim, a candidata abaixo relacionada deverá enviar para o e-mail gedep@tjac.jus.br, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a documentação constante do anexo único deste Edital, sob pena de perda da vaga da função a ser exercida no processo seletivo.

ADMINISTRAÇÃO COTISTAS, NEGRO OU PARDOS

ORDEM	CANDIDATA	CLASSIFICAÇÃO
1	LUZANIRA DE ARAÚJO RODRIGUES	11ª - COTA RACIAL

ANEXO ÚNICO - DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Registro Geral (RG);
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) física ou digital;
- Carteira Nacional de Habilitação (CNH), se tiver;
- Título Eleitoral;
- Certificado de Reservista (homem);
- Comprovante de Inscrição PIS/PASEP/NIT;
- 01 (uma) foto 3x4 recente;
- Comprovante de residência que contenha o CEP da rua;
- Declaração de matrícula e frequência recente da Instituição de Ensino;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, disponibilizada no site (www.tjac.jus.br);
- Pessoas com deficiências deverão apresentar atestado médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID (Classificação Internacional de Doenças);
- O candidato deverá apresentar declaração pessoal de que NÃO POSSUI OUTRO VÍNCULO DE ESTÁGIO e que DISPÕE DE HORÁRIO COMPATÍVEL COM O EXPEDIENTE FORENSE, possibilitando assim o exercício da função;
- Certidão de Quitação Eleitoral e de Certidão de Antecedentes Criminal Federal;
- Comprovante de Conta Bancária (Conta Salário- Banco do Brasil), contendo o número da conta, agência e banco para depósito da remuneração; caso não possua, informar à Gerência de Desenvolvimento de Pessoas – GEDEP.
- Documentos comprobatórios da seleção IRA, CERTIFICADOS, CERTIDÃO DE TRABALHO VOLUNTÁRIO/PROJETO MARIRI
- Ficha Cadastral preenchida pelo candidato, enviada pela GEDEP.

A inobservância dos requisitos e vedações previstos neste Edital, ou a comprovação, a qualquer tempo, de que não são verdadeiras as declarações, acarretará o desligamento, de ofício, do estagiário.

* A documentação solicitada deverá ser digitalizada e enviada em documento único (pdf) ao e-mail gedep@tjac.jus.br acima citado, e/ou para maiores informações pelo contato (68) 3212-8264.

Desembargador **Laudivon Nogueira**
Presidente

Rio Branco - AC, 23 de maio de 2025.

Documento assinado eletronicamente por Desembargador LAUDIVON de Oliveira NOGUEIRA, Presidente do Tribunal, em 23/05/2025, às 19:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Processo Administrativo n. 0009089-09.2024.8.01.0000

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 70/2025

Pregão Eletrônico SRP nº 10/2025

Processo nº: 2025-12

Fornecedor registrado: A.S. MATOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.306.682/0001-0.

Objeto: Formação de registro de preços objetivando à futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de ambientação.

Valor Total da Ata: R\$ 21.148,00 (vinte e um mil cento e quarenta e oito reais).

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do seu extrato, no Diário da Justiça.

Fiscalização: A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor Clo-

domiro Neves do Nascimento e a gestão da Ata de Registro de Preços será exercida por Ângelo Douglas de Souza Lima.

Signatários: Presidente, Desembargador Laudivon Nogueira e a representante da empresa a senhora JOSENIR MARIA DA SILVA RODRIGUES.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 69/2025

Pregão Eletrônico SRP nº 10/2025

Processo nº: 2025-12

Fornecedor registrado: A.S. MATOS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.306.682/0001-0.

Objeto: Formação de registro de preços objetivando à futura e eventual contratação empresa para prestação de serviços de decoração.

Valor Total da Ata: R\$ 48.380,00 (quarenta e oito mil trezentos e oitenta reais).

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, com eficácia a partir da publicação do seu extrato, no Diário da Justiça.

Fiscalização: A fiscalização da contratação será exercida pelo servidor Clodomiro Neves do Nascimento e a gestão da Ata de Registro de Preços será exercida por Ângelo Douglas de Souza Lima.

Signatários: Presidente, Desembargador **Laudivon Nogueira** e a representante da empresa a senhora **Ana Líia de Souza Matos**.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE ADESÃO Nº 49/2024, CELEBRADO ENTRE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE E A EMPRESA ERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO

Processo nº 72/2024

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, inscrito no CNPJ/MF nº 04.034.872/0001-21, com sede na Rua Desembargador Jorge Araken, BR 364, Km 02, Via Verde, Bairro Distrito Industrial, CEP. 69.914-220, representado neste ato por seu Presidente, Desembargador **Laudivon Nogueira**, doravante denominado CONTRATANTE, e SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO, empresa pública federal com sede no SGAN, Quadra 601, Módulo V, Brasília/DF, CEP 70836-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.683.111/0001-07, doravante denominada CONTRATADA, neste ato Representada pelos Senhores Daniel Silva Antonelli, CPF: 000.***.***_43 e Guilherme Alvares da Silva, CPF: 692.***.***.04, pactuam o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA ? FINALIDADE DO ADITAMENTO

1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do Contrato nº 49/2024 por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1. O valor total do contrato passará de R\$ 45.164,70 (quarenta e cinco mil cento e sessenta e quatro reais e setenta centavos) para R\$ 34.202,40 (trinta e quatro mil duzentos e dois reais e quarenta centavos), uma vez que o valor referente a implantação já foi devidamente executado e pago, dessa forma os serviços restantes serão executados conforme quadro abaixo:

ITEM - 1 QUANTIDADE UNIDADE VALOR MENSAL VALOR TOTAL/ANUAL
Cadastro Compartilhado da Receita 12 MÊS R\$ 1.425,10 R\$ 17.101,20
Federal (b-Cadastros)

ITEM - 2 QUANTIDADE UNIDADE VALOR MENSAL VALOR TOTAL/ ANUAL
Cadastro Compartilhado da Receita 12 MÊS R\$ 1.425,20 R\$ 17.101,20
Federal (b-Cadastros)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência do contrato a contar de 22 de maio de 2025 a 22 de maio de 2026.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo, correrão a conta da seguinte dotação: Programa de Trabalho: 203.005.02.126.2293.2266.0000 - MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA
Fontes de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos
Elemento de Despesa: 33904000000000 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ